

ARTIGOS
SEM
ETIQUETA

-

VOLUME 5

POLÍCIA E POLÍTICA
SEM FORMALIDADES

LUIZ ANTÔNIO DE MORAIS

ARTIGOS
SEM
ETIQUETA

—

VOLUME 5

POLÍCIA E POLÍTICA
SEM FORMALIDADES

2016

DEDICATÓRIA

À meus pais e à minha esposa

AGRADECIMENTOS

Ao Joacyr e Ângela, do Jornal de Piracicaba na época em que os artigos foram publicados.

Ao Evaldo, da Tribuna Piracicabana.

Ao Dr. Roberto Conde Guerra, do Jornal Flit Paralisante.

Ao Standeuter, do blog Elite Paralisante.

Aos editores dos jornais que na época acolheram e publicaram os artigos

Aos colegas policiais civis de São Paulo e de todo este país

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| DEDICATÓRIA..... | 5 |
| AGRADECIMENTOS..... | 7 |
| SUMÁRIO..... | 9 |
| APRESENTAÇÃO..... | 11 |
| 01. FALANDO DE FLORES MAIS UMA VEZ..... | 13 |
| 02. SÃO PAULO, BÓSNIA E KOSOVO..... | 14 |
| 03. POLÍCIA E COMUNIDADES..... | 17 |
| 04. A DOENÇA PROFISSIONAL E O POLICIAL CIVIL..... | 19 |
| 05. AMPLIANDO O DIÁLOGO..... | 22 |
| 06. ASPECTOS TEÓRICOS DA SEGURANÇA PÚBLICA..... | 24 |
| 07. UMA TOMADA DE POSIÇÃO..... | 28 |
| 08. DIANTE DOS REVESES..... | 30 |
| 09. CORRUPÇÃO E VIOLÊNCIA..... | 33 |
| 10. O SUCESSO DOS PLANEJAMENTOS..... | 35 |
| 11. A PRISÃO DE PINOCHET..... | 37 |
| 12. O CONTROLE EXTERNO..... | 39 |
| 13. DEMOCRACIA E ATIVIDADE POLICIAL..... | 41 |
| 14. A JUSTIÇA E A SOBERANIA..... | 42 |
| 15. TORCIDA SILENCIOSA..... | 44 |
| 16. UM CRUCIANTE DILEMA IDEOLÓGICO..... | 46 |
| 17. O LONGO CAMINHO..... | 49 |
| 18. FUGINDO DA RAIA..... | 50 |
| 19. BRANCO, MACHO E RICO..... | 52 |
| 20. DISCIPLINA E HIERARQUIA..... | 56 |
| 21. É HORA DE MUDAR..... | 58 |
| 22. HOLOFOTES..... | 62 |

| | |
|--|-----|
| 23. REFÊNS DA CONDESCENDÊNCIA | 64 |
| 24. FALANGES SILENCIOSAS | 66 |
| 25. ONDE ESTÁ A LEI ? | 67 |
| 26. ANÁLISE CRÍTICA - À VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL | 69 |
| 27. MUDANÇAS NECESSÁRIAS | 81 |
| 28. O EQUILÍBRIO DA ORDEM DOMINANTE..... | 82 |
| 29. O LEÃO E O VENTO..... | 85 |
| 30. O REVERSO DA MEDALHA..... | 87 |
| 31. IMPEDINDO A EVOLUÇÃO | 91 |
| 32. A POLÍCIA, O RESPEITO E A LEGISLAÇÃO..... | 92 |
| 33. UMA QUESTÃO DE TRANSPARÊNCIA..... | 93 |
| 34. POLÍCIA CIVIL E INFORMÁTICA..... | 96 |
| 35. CORAGEM E OUSADIA | 98 |
| 36. EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA..... | 100 |
| 37. LEI ACIDENTARIA, AINDA QUE TARDIA..... | 102 |
| 38. AS ELITES E O PODER | 106 |
| 39. ASPECTOS GERAIS DA PREVENÇÃO E DA REPRESSÃO | 110 |
| 40. PARTICIPAÇÃO POPULAR | 114 |
| 41. VALORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO..... | 116 |
| 42. REFLEXOS DO ABANDONO | 119 |
| 43. POLICIA E ELEIÇÕES | 122 |
| 44. E POR FALAR EM DESABAFO..... | 125 |
| 45. AINDA NA MESMA | 131 |
| 46. LÁGRIMAS DE PINOCHET?..... | 133 |
| BIBLIOGRAFIA..... | 137 |
| BIOGRAFIA DO AUTOR | 143 |
| LIVROS PUBLICADOS..... | 145 |

APRESENTAÇÃO

Este livro - de uma série de cinco volumes ora encerrada, surgiu do desejo de apresentar as impressões do autor em relação aos diversos aspectos da carreira policial em geral e especialmente do escrivanato. Não são sugestões técnicas, nem acuradas análises acadêmicas o que pode ser obtido aprofundando-se nas discussões aventadas. O autor discorre suas impressões observando a realidade que viveu nos Distritos Policiais e na presidência da Associação dos Policiais Civis de Piracicaba, ocasião em que escreveu os artigos publicados em diversos jornais da cidade e do Estado de São Paulo.

Muito se escreveu e ainda se escreve sobre Polícia e atividade policial. Algumas obras discutem profunda e exaustivamente o assunto, com aspectos técnicos e jurídicos. Contudo, o autor procurou abordar os mesmos assuntos sob a ótica do indivíduo envolvido nos processos e sistemas. Aquele que tem a incumbência de fazer com que os planos e planejamentos que não preveem as reações das pessoas envolvidas em mudanças funcionem. Caso específico do Direito Infortunistico, largamente ignorado por todos os Governos que sistematicamente relegam ao segundo plano direitos relacionados à prevenção ao acidente do trabalho na atividade policial.

Algumas sugestões foram apresentadas, contudo sem presunção de resolver qualquer questão. Apenas para que se conheçam outras facetas do mesmo problema e quiçá contribuir para o equacionamento de uma solução almejada por todos nessa

difícil relação entre o Estado-Patrão e os policiais-trabalhadores.

Estes artigos foram escritos há muitos anos. Contudo, verifica-se que o passar do tempo e os sucessivos Governos não foram suficientes para alterar de forma significativa e favorável nenhum dos variados aspectos apresentados, notadamente a questão salarial e a segurança no trabalho. Continuam atuais, pois os mesmos questionamentos de vinte anos atrás.

O autor

01. FALANDO DE FLORES MAIS UMA VEZ

O governo sequer editou a nova lei orgânica da polícia civil como disposto na Constituição Paulista, contentando-se em manter em vigor uma legislação editada em pleno regime ditatorial, onde até simples descuido na aparência pessoal é considerada infração administrativa. Uma legislação que prevê uma jornada de trabalho de no mínimo quarenta horas semanais, sujeita a plantões e chamados a qualquer hora e a proibição do exercício de qualquer outra atividade remunerada.

Vigorou até pouco, o princípio da verdade sabida, onde a punição era aplicada de forma sumária e sem qualquer esboço de defesa. De um tempo que os policiais eram temidos e odiados, mas necessários à sobrevivência das elites que dominavam naquela época. Para uma profunda alteração nesse sistema não são necessárias mudanças na constituição, sendo condição suficiente apenas vontade política dos dirigentes em corrigir as distorções porventura existentes e não procrastinar a solução estigmatizando o problema vislumbrando capitalizar politicamente a questão e seus desdobramentos.

De longa data já se observa que não existe uma solução nacional para problemas brasileiros, ou seja, não existe fórmula mágica que se aplique a todos os Estados. Isso foi comprovado quando da implantação de projetos de saúde e de educação que não surtiram os efeitos desejados quando não foram consideradas as peculiaridades de cada região na elaboração das propostas. Por que então a questão da segurança pública deveria ter uma única proposição em todo o país aprofundando as desigualdades?

Além de ocupar o noticiário nacional qual a real

utilidade de um projeto setorizado e imposto sem considerarem-se as desigualdades regionais?

Como vislumbrar uma solução se a grande maioria dos interessados quer sejam, a população e os policiais sequer são consultados para contribuir no oferecimento de alternativas viáveis e de consenso?

Assumir que uma solução da polícia paulista seja ideal para a polícia alagoana pode ser um bom negócio para a divulgação em palanques, mas não é bom nem para os policiais e nem para a segurança pública. Mas convém e interessa assim como ainda interessa a manutenção da antiga legislação policial.

Mudaram as elites e muitos perseguidos de ontem aparecem entre os dirigentes de hoje. Tornaram-se alguns, mais ferozes algozes que os algozes de antes e o desatino é tamanho que se enseja proibir o direito de reunir-se em sindicatos e o direito inerente a todo cidadão de qualquer regime democrático, qual seja, o direito de expressar opiniões.

Se a manifestação de opiniões políticas dos policiais dói, talvez seja então o próximo passo a volta da censura o que de certo modo não seria tão violento quanto à proibição pretendida, pois sempre será possível falar de flores mais uma vez.

02. SÃO PAULO, BÓSNIA E KOSOVO

Um estado de perplexidade atingiu em cheio a população da cidade de São Paulo que, de inopino, percebeu que a violência local já é maior que no Rio de Janeiro, até então a detentora desse vergonhoso título. “São Paulo roubou um título que